



Boletim de **Legislação**



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 305 – Fevereiro/Março 2014

Período de: 22/02/2014 a 07/03/2014

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 3	DJE; 24/02/2014	Regulamenta a aplicação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ, do disposto no inciso III do art. 3º da Lei n. 8.038/1990, com a redação dada pela Lei n. 12.019/2009, para permitir ao relator, nos processos penais de competência originária, delegar poderes instrutórios.	Res. 3 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 503	DJE; 10/02/2014	O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.	Disponível no Portal do STJ www.stj.jus.br (Menu “Consultas” - “Súmulas”)
SÚMULA Nº 504	DJE; 10/02/2014	O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte ao vencimento do título.	
SÚMULA Nº 504	DJE; 10/02/2014	A competência para processar e julgar as demandas que têm por objeto obrigações decorrentes dos contratos de planos de previdência privada firmados com a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER é da Justiça estadual.	

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.956	DJE; 25/02/2014	Designa membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico.	Port. 2.956 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.957	DJE; 27/02/2014	Dispõe sobre a fixação de índice de preços e a forma de cálculo para reajustamento de valores de contratos, convênios e ajustes celebrados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 2.957 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.958	DJE; 27/02/2014	Designa servidor para integrar a Comissão paritária de estudos, prevenção e recebimento de reclamações acerca do assédio moral no trabalho, no âmbito da Justiça Estadual em Minas Gerais.	Port. 2.958 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.959	DJE; 28/02/2014	Dispõe sobre a recomposição das Turmas Recursais de Grupos Jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	Port. 2.959 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.960	DJE; 06/03/2014	Designa data para a instalação de vara na Comarca de Araguari.	Port. 2.960 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.961	DJE; 06/03/2014	Altera a Portaria nº 2.956, de 2014, para substituir membro do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico.	Port. 2.961 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.962	DJE; 06/03/2014	Dispõe sobre designação de Coordenador da Central de Conciliação da Comarca de Raul Soares.	Port. 2.962 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 336	DJE; 24/02/2014	Dispõe sobre o funcionamento da Justiça Integrada ao Povo pelo Processo Eletrônico (JIPPE) e disciplina o acesso ao sistema pelos magistrados de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 336 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 337	DJE; 25/02/2014	Dispõe sobre a expedição e fluxo das guias de recolhimento nas Varas de Execuções Penais.	Port. Conj. 337 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 755	DJE; 27/02/2014	Altera a Resolução nº 728, de 2013, que constitui Comissão de Concurso incumbida das providências necessárias à organização e realização do concurso público para provimento do cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado de Minas Gerais.	Res. 755 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 756	DJE; 28/02/2014	Determina a instalação de vara na Comarca de Itabira.	Res. 756 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 7	DJE; 26/02/2014	Dispõe sobre as providências para alterações de <i>layout</i> das salas de audiência e do salão do Tribunal do Júri, em atendimento ao disposto no Aviso nº 61/CGJ/2013.	<p style="text-align: center;">Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p style="text-align: center;">ou</p> <p style="text-align: center;">Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/egislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
AVISO Nº 8	DJE; 28/02/2014	Avisa que se encontra disponível na página da <i>internet</i> do Tribunal de Justiça, o arquivo próprio do SISCOM - Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas - contendo informações sobre o padrão de desempenho, produtividade e presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de FEVEREIRO DE 2013 A JANEIRO DE 2014.	
PORTARIA Nº 3.052	DJE; 27/02/2014	Determina a realização de Inspeção nos Serviços Notariais e de Registro da Comarca de Itapeçerica, com a finalidade de verificar a regularidade dos atos praticados no Registro Civil das Pessoas Naturais de São Sebastião do Oeste.	
PORTARIA Nº 3.053	DJE; 26/02/2014	Altera a redação do art. 6º da Portaria nº 2.930/CGJ/2013.	
PORTARIA Nº 3.054	DJE; 24/02/2014	Designa a Dr ^a Mônica Silveira Vieira, Juíza de Direito Auxiliar Especial, para exercer as funções de Diretora do Foro da comarca de Barbacena.	
PORTARIA Nº 3.055	DJE; 24/02/2014	Designa o Dr. Fernando de Moraes Mourão, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Arcos, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	

<p>PORTARIA Nº 3.056</p>	<p>DJE; 24/02/2014</p>	<p>Designa o Dr. Stefano Renato Raymundo, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Sacramento, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	<p>Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/egislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
<p>PORTARIA Nº 3.057</p>	<p>DJE; 24/02/2014</p>	<p>Designa o Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da comarca de Três Corações, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	
<p>PORTARIA Nº 3.058</p>	<p>DJE; 24/02/2014</p>	<p>Designa a Drª Vânia da Conceição Pinto Borges, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Itabirito, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	

<p>PORTARIA Nº 3.059</p>	<p>DJE; 24/02/2014</p>	<p>Designa a Dr^a Raquel Agreli Melo, Juíza de Direito titular da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial, para exercer as funções de Diretora do Foro da comarca de Frutal.</p>	<p>Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/legislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
<p>PORTARIA Nº 3.060</p>	<p>DJE; 24/02/2014</p>	<p>Designa o Dr. Cláudio Henrique Fuks, Juiz de Direito da 2^a Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Além Paraíba, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	
<p>PORTARIA Nº 3.061</p>	<p>DJE; 24/02/2014</p>	<p>Designa o Dr. Wellington Reis Braz, Juiz de Direito titular da 2^a Vara Cível e de Cartas Precatórias Cíveis, para exercer as funções de Diretor do Foro da comarca de João Monlevade.</p>	
<p>PORTARIA Nº 3.062</p>	<p>DJE; 24/02/2014</p>	<p>Designa o Dr. João Marcos Luchesi, Juiz de Direito titular da 1^a Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, para exercer as funções de Diretor do Foro da comarca de Monte Carmelo.</p>	
<p>PORTARIA Nº 3.063</p>	<p>DJE; 24/02/2014</p>	<p>Designa o Dr. Leonardo Guimarães Moreira, Juiz de Direito titular da 1^a Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, para exercer as funções de Diretor do Foro da comarca de Guanhães.</p>	
<p>PORTARIA Nº 3.069</p>	<p>DJE; 24/02/2014</p>	<p>Designa a Dr^a Bárbara Heliodora Quaresma Bomfim, Juíza de Direito titular da 1^a Vara Criminal e da infância e da Juventude, para exercer as funções de Diretora do Foro da comarca de Vespasiano.</p>	
<p>PORTARIA Nº 3.070</p>	<p>DJE; 28/02/2014</p>	<p>Determina a realização de Correição Extraordinária parcial na 1^a Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude e na 2^a Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de São João Nepomuceno, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.</p>	

PORTARIA Nº 3.073	DJE; 28/02/2014	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Monte Santo de Minas, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	<p style="text-align: center;">Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p style="text-align: center;">ou</p> <p style="text-align: center;">Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/egislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
PORTARIA Nº 3.074	DJE; 28/02/2014	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial nos serviços judiciais das 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Ouro Preto, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 3.075	DJE; 28/02/2014	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial nos serviços judiciais das 1ª e 2ª Varas da Comarca de Itabirito, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 3.076	DJE; 28/02/2014	Designa o Dr. Paulo Sérgio Néris, Juiz de Direito titular da Vara Criminal, para exercer as funções de Diretor do Foro da Comarca de Igarapé.	
PORTARIA Nº 3.077	DJE; 07/03/2014	Reconduz o Dr. Eduardo Ferreira Costa, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, no exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Brasília de Minas.	
PORTARIA Nº 3.079	DJE; 06/03/2014	Designa a Drª Luciene Cristina Marassi Cagnin, Juíza de Direito titular da 1ª Vara Cível, para exercer as funções de Diretora do Foro da Comarca de Itajubá.	
PORTARIA Nº 3.080	DJE; 06/03/2014	Designa o Juiz Auxiliar da Corregedoria Dr. GILSON SOARES LEMES para exercer, nos dias 6 e 7 de março de 2014, as funções de Diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte, sem prejuízo das suas demais atribuições relativamente à 5ª região de atuação da Corregedoria Geral de Justiça.	
PROVIMENTO Nº 263	DJE; 26/02/2014	Altera a redação do Provimento nº 161/CGJ/2006, que codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.	

PROVIMENTO Nº 264	DJE; 26/02/2014	Altera a redação do Provimento nº 161/CGJ/2006, que codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.	
------------------------------	--------------------	---	--

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.